

Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções dos homens e das mulheres

*Márcia Thereza Couto e
Lília Blima Schraiber*

Este artigo busca tratar das percepções sobre “ser homem” e “ser mulher”, tendo por referência a noção de machismo presente no universo cultural de homens e mulheres no Brasil. A possibilidade de se contrastar percepções das mulheres com as dos homens é um aspecto a ser destacado, porque a entrada dos homens como referência empírica de pesquisas sobre temáticas que historicamente foram investigadas a partir da ótica das mulheres representa grande inovação e possibilita à academia e a diferentes segmentos da sociedade civil (re)considerar antigas questões em torno da desigualdade de gênero e pautar novas demandas que possam emergir do conhecimento produzido a partir desta pesquisa. Isto resulta, sem dúvida, na ampliação do escopo das políticas públicas de gênero no país.

O que significa o machismo na nossa sociedade hoje? Qual sua magnitude e principais expressões? Como homens e mulheres se posicionam diante de tal fenômeno? Essas, entre outras questões, mobilizam um olhar a partir do referencial de gênero e das masculinidades.

É importante situar a perspectiva de análise aqui considerada, visto que desde os anos de 1970 diferentes análises socioantropológicas foram conduzidas em diferentes países ibéricos e da América Latina acerca do “culto da masculinidade” e, consequentemente, da expressão do machismo como um traço recorrente de culturas mediterrâneas. Assim, estudos conduzidos em regiões da Andaluzia e em pequenas

comunidades da América Latina buscavam, entre o final dos anos 1970 e meados dos anos 1980, apresentar uma uniformização cultural do machismo em torno de demonstrações excessivas de masculinidade, incluindo de forma exemplar o exercício da sexualidade (Gilmore, 1990; Brandes, 1980, apud Mirandé, 1998). Em contraposição, uma visão crítica acerca do “macho” latino-americano, representado por referenciais como agressividade, virilidade e controle da sexualidade feminina, passou a ser discutida em etnografias da década de 1990 que apontaram para a necessidade de fugir de essencialismos (a exemplo da expressão “macho tipicamente latino”) e considerar influências e particularidades regionais relacionadas à religiosidade, à migração, às dinâmicas familiares e geracionais e, sem dúvida, às mudanças sociais impostas pelos constrangimentos econômicos que se avolumaram especialmente na América Latina nas décadas de 1980 e 1990 (Gutmann, 1997; Vigoya, 2001).

Esta possibilidade de analisar a permanência histórica (ou não) de um determinado traço cultural (machismo) é fruto do amadurecimento teórico-metodológico da categoria gênero. Gênero – aqui entendido como as condições que histórica e socialmente constroem e estabelecem as relações sociais de sexo, permeadas pela desigualdade de poder (Scott, 1990) – é um princípio ordenador e normatizador de práticas sociais (Connell, 1995).

A origem desta categoria está ligada aos posicionamentos críticos da explicação do lugar da mulher na sociedade. Surge na década de 1970, de forma incrustada no interior do pensamento/teoria feminista que propôs gênero como categoria que, ao permitir a compreensão da desigualdade social entre homens e mulheres como uma construção social e historicamente situada, apresentava demarcação incisiva contra o determinismo biológico, seja pela superação da ideia de esferas separadas para um e outro sexo, seja através da perspectiva relacional: as concepções e vivências das masculinidades e feminilidades são constituídas por meio de interações sociais. De modo resumido, entendemos que gênero deve ser tomado como *processo histórico e prática social* vivenciados tanto nas relações cotidianas carregadas de poder como nas reformulações identitárias que os sujeitos vivenciam ao longo da vida. Neste sentido, a própria noção de machismo é entendida como construção que se fortalece e, por vezes, se enfraquece na história social de longa duração, entrecruzada com os processos de dominação masculina e com a atualização que sujeitos individuais façam ao longo de suas vidas na diversidade dos contextos sociais.

É neste campo que situamos as investigações acerca “da construção social das masculinidades”, com as quais dialogaremos nas reflexões a seguir. Iniciadas no final de 1980, estas vêm seguindo a trilha inaugurada pelos estudos de gênero de enfoque

feminista que reforçam a necessidade de ouvir a diversidade de vozes masculinas e considerar a importância da desconstrução crítica da homologia masculino/público/político. Em outras palavras, trata-se de distinguir e compreender a mútua interação entre o todo social e as expressões diversas desse todo nas individualidades e nos grupos sociais concretos, modificando-o também historicamente. Adere-se, aqui, portanto, a análises que consideram a dupla referência: a dimensão da estrutura social e seus impactos nos indivíduos e, igualmente, a dinâmica da construção das identidades de gênero a partir da pluralidade de mundos práticos e simbólicos dos quais participam homens e mulheres (Leal & Boff, 1996; Kimmel, 1997; Connell, 1995; Fuller, 1998).

Analisar as opiniões dos homens e das mulheres sobre os lugares que o masculino e o feminino ocupam nas representações de gênero em nossa sociedade, bem como sobre algumas de suas experiências nas relações que estabelecem na vida cotidiana, só faz sentido pela compreensão dos efeitos das relações sociais de sexo (gênero) (Welzer-Lang, 2001) nas representações e práticas masculinas e femininas, tomadas em sua dimensão relacional. Neste sentido, a análise a seguir incorpora ambos os sujeitos: homens e mulheres.

A situação das mulheres e a relação entre homens e mulheres no Brasil hoje

Sem dúvida, importantes transformações em torno das atribuições de homens e mulheres, nos espaços público e privado, ocorreram nas quatro últimas décadas no país. Os questionamentos sobre a restrição das mulheres ao espaço privado (casa) e ao cargo de esposa, mãe e cuidadora foram, em boa parte, desencadeados pelas atuações dos movimentos feministas, especialmente a partir da década de 1960, e impulsionados pelas mudanças socioeconômicas e demográficas que repercutiram no interior das famílias. Assim, aspectos como a expansão da presença feminina no mercado de trabalho, a ampliação da escolarização e da participação das mulheres no domínio da política, a separação entre o exercício da sexualidade e a reprodução (com a disseminação da contracepção hormonal), entre outros, são destacados como impulsionadores de uma (re)configuração da identidade feminina (Rocha-Coutinho, 2000). Ressalte-se, contudo, que esta tendência não repercute igualmente entre os homens, visto a dificuldade destes em abarcar novas atribuições no espaço privado (casa) e mesmo em lidar com a crescente presença das mulheres nos espaços públicos e de atuação política. Entendemos que a diferença de posicionamento entre homens e mulheres enquanto agentes destas mudanças, associada à discrepância quanto à

incorporação das mudanças histórico-culturais observadas, traz repercussões para o imaginário social de gênero na atualidade brasileira.

Assim, com a finalidade de captar as percepções dos homens sobre a relação entre estes e as mulheres nas últimas décadas, foi perguntado: “*Em comparação com uns 20 ou 30 anos atrás, você diria que a relação entre homens e mulheres hoje está melhor, pior ou não teve mudanças?*”. Na mesma direção, foi perguntado às mulheres acerca da situação da mulher hoje: “*Em comparação com uns 20 ou 30 anos atrás, você diria que a situação das mulheres hoje está melhor, pior ou não teve mudanças?*”.

Entre os homens, encontrou-se igual proporção entre aqueles que consideraram que houve melhora na relação entre os sexos e entre os que apontaram piora (41%), enquanto 16% consideraram que não houve mudança. Ao contrário dos homens, a grande maioria das mulheres considerou que a situação das mulheres melhorou (74%), contra 19% (ver Anexo, quadro 5) que afirmaram que a situação piorou.

Entre as mulheres, as diferenças entre tais percepções chamam a atenção. As que mais apontaram para a melhoria da situação se situam na faixa etária de 25 a 34 anos (80%), têm alta escolaridade (87%) e rendimentos superiores a cinco salários-mínimos (86%) (ver Anexo, quadro 6). Em contraposição, entre as que mais foram de opinião que a situação das mulheres piorou estão as que tinham 60 anos ou mais (29%), possuíam até a quarta série do fundamental (24%) e tinham renda de até um salário-mínimo (26%).

Essas diferenças podem aludir à perversidade em termos do acesso das mulheres às conquistas decorrentes das mudanças sociais, econômicas e culturais sentidas nas últimas quatro décadas. Talvez menos que uma tendência à igualdade de acesso aos benefícios da entrada da mulher no mercado de trabalho (e aos espaços públicos, em última instância), esses dados podem apontar para uma persistência de disparidades de mundos que reforçam a dupla subordinação (classe e gênero) de segmentos femininos.

Por outro lado, podem indicar vivências desfavoráveis de algumas mulheres, pois há estudo brasileiro (d’Oliveira e cols, 2009) que aponta para o fato de que a vida cotidiana, em particular a doméstica, pode piorar muito para as mulheres exatamente com a conquista de maior autonomia, em razão de conflitos nas atribuições tradicionais de gênero, resultando em violência por seu parceiro, violência esta que será comentada adiante. Outro aspecto que chama a atenção é a dimensão geracional, já que as mulheres mais jovens e que estão diretamente implicadas no atual processo de mudança parecem mais otimistas quanto à melhoria da situação das mulheres brasileiras.

Ainda na temática da percepção geral acerca de ser homem e ser mulher hoje no Brasil, foi perguntado para as mulheres: “*Você diria que há mais coisas boas ou mais coisas ruins em ser mulher?*”, enquanto para os homens a pergunta formulada foi: “*Você diria que há mais coisas boas ou mais coisas ruins em ser homem, e não ser mulher?*”. Chamou-nos atenção a igual proporção entre homens e mulheres (68%) (ver Anexo, quadro 6) acerca da percepção positiva relativa ao sexo social (gênero) do qual tomam parte. Ainda assim, entre aqueles que responderam que têm mais coisas ruins aparece uma pequena variação entre as mulheres (14%) em comparação com os homens (10%).

Entre as mulheres que apontam para a positividade de ser mulher, as maiores proporções estão entre as que têm ensino superior ou de pós-graduação (79%), ganham mais de cinco salários-mínimos (77%) e estão inseridas no mercado formal de trabalho (75%). Entre os homens que consideraram que têm mais coisas boas em ser homem não se observaram variações de destaque quanto à escolaridade e renda.

Uma possível reflexão para tais achados poderia, no caso das mulheres, recair sobre os “efeitos” positivos das conquistas das mulheres. Tais conquistas, observadas (e publicadas) por diferentes setores, parecem corresponder mais diretamente às mulheres das camadas médias intelectualizadas (que ampliaram sua atuação no mundo público, investiram no desenvolvimento de carreiras profissionais e conquistaram independência financeira). No caso dos homens, uma interpretação plausível acerca da inexistência de diferenças segundo faixa etária e rendimento para a opinião positiva acerca de ser homem na sociedade pode estar relacionada a uma possível “distribuição mais homogênea” dos privilégios sociais de ser homem (e não ser mulher). Tal condição social (assentada num imaginário social que confere poder, autonomia e liberdade ao homem) penetraria igualmente na sociedade independentemente de criivos estruturais de classe, raça-etnia, geração etc. Isto, contudo, não significa a defesa de que os homens brasileiros são homogêneos; mas que, resguardadas as desigualdades internas do masculino (diferenças de poder associadas a condição social, cor-raça, geração, exercício da sexualidade etc.), há o reconhecimento pelos homens de uma superioridade social do masculino frente às mulheres e ao feminino.

As melhores e piores coisas de “ser homem” (em vez de “ser mulher”)

No tocante à questão “*Quais são as melhores coisas de ser homem?*” as principais taxas de respostas se concentraram nos aspectos relativos às “características próprias do masculino” (37%) (ver Anexo, quadro 6), que incluem, entre outros, não engravi-

dar, não parir, ser mais forte fisicamente, ser respeitado; a “liberdade/independência” (33%), incluindo ser mais livre e independente, poder sair sem dar satisfação; e ao trabalho (31%), que compreende as referências de ter mais emprego ou facilidade para arrumar emprego, ser mais forte para poder realizar trabalhos pesados. Destaque-se que, embora com menor taxa (18%), a “família e os filhos” representam aspectos que conferem positividade ao “ser homem”, incluindo as referências de ser o chefe da família, ter poder de decisão na casa, sustentar a família/filhos, entre outras.

Quando identificadas segundo a escolarização, as taxas de respostas incluídas nos blocos de “características masculinas” e “liberdade/independência” praticamente se equivaleram. Já quanto às respostas agrupadas no bloco “trabalho”, observou-se sobretaxa de 11 pontos percentuais entre aqueles que possuíam ensino superior ou de pós-graduação, com concentração em respostas do tipo: ter mais emprego, facilidade para arrumar emprego, ter melhores oportunidades.

Já nas respostas à pergunta “*E quais as piores coisas de ser homem?*”, os maiores percentuais se concentraram em aspectos relacionados à “família/filhos”, com 26% (ver Anexo, quadro 6) (destacando-se a responsabilidade em cumprir com os deveres de chefe de família, ter a obrigação de sustento, preocupação em não deixar faltar coisas) e às “características consideradas como próprias ao homem” (16%), abrangendo ter mais responsabilidade e ter cobrança por ser homem, entre outras. Para ambos os blocos, quando analisadas segundo os níveis de escolaridade, não se observaram alterações expressivas nas taxas.

O primeiro aspecto que chama a atenção diz respeito à construção valorizada da masculinidade assentada em características do corpo anatomofisiológico do sexo masculino (não engravidar, não parir, ser mais forte fisicamente), como se a dualidade do sexo (masculino e feminino) e, portanto, de um dado “natural” constituísse a estrutura binária sobre a qual se assenta a elaboração cultural que situa os gêneros masculino e feminino. Como bem apontam Butler (2003) e Scott (1990), o gênero não deve ser meramente concebido como uma inscrição cultural sobre um dado natural (a diferença sexual, no caso). “Ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura” (Butler, 2003, p. 25). Assim, é importante pensar como historicamente são conformadas bases sobre as quais o “dado natural” associado ao sexo, à atividade e à força física se impõe como a ordem legítima do masculino.

Decorrente desta primeira atribuição cultural ao dado da diferença sexual, o homem encontra-se apartado da reprodução – que por igual superposição da cultura à “natureza” é conferida à mulher. Nessa lógica binária, são os atributos sociais ligados

à ordem da produção social (trabalho) e ao domínio público que constituem e permanecem como referências da masculinidade (Bourdieu, 1999). Note-se, contudo, que aspectos relacionados à responsabilidade em prover moral e materialmente a família se constituem, entre os homens entrevistados, em traços ao mesmo tempo positivos e negativos do “ser homem” no contexto atual. Em outras palavras, ser responsável, provedor moral e material da família representam, a um só tempo, a dimensão positiva, confortável e central para que os homens se reconheçam como homens e exerçam seus privilégios sociais e, ao mesmo tempo, constituem a referência do risco/perigo da perda de tais privilégios e do reconhecimento social.

Esta linha de argumentação se apoia na proposição de Connell (1995) de que a construção social da masculinidade (que pode ser expressa nas respostas dos homens acerca das questões acima) é, ao mesmo tempo, a posição dos homens nas relações de gênero, as práticas pelas quais os homens e as mulheres se comprometem com essas posições de gênero e os efeitos destas práticas na experiência corporal, na personalidade, na cultura. Assim, o modelo de masculinidade hegemônico em uma dada sociedade (em contraposição aos modelos de masculinidades subordinadas e marginalizadas) é fruto de processos históricos. Ou seja, a hegemonia resulta não apenas de um conjunto de circunstâncias em que o poder é obtido ou perdido; ela conforma a própria construção dos grupos.

Fruto desse processo histórico, o padrão hegemônico de masculinidade, sendo estruturado no plano simbólico, não é passível de concretização como tal pelos sujeitos (Connell, 1995), embora conforme referências que são almeçadas e em parte (mas apenas em parte) conquistadas no plano da vida cotidiana. Neste sentido, encontrou-se uma alta taxa de resposta (26%) (ver Anexo, quadro 6) relacionando “as piores coisas de ser homem” com a responsabilidade em cumprir com os deveres de chefe de família, ter a obrigação de sustento, preocupação em não deixar faltar coisas à família/filhos. Duas interpretações podem ser dadas: a primeira remete a que, dadas as transformações socioeconômicas, a possibilidade de realização prática deste importante referencial da masculinidade hegemônica (ser provedor da família) diminui e cria tensões com as expectativas dos homens; a segunda remete a que a mudança histórica que vem deslocando o trabalho como categoria central de construção da *socialidade* também produz efeitos no simbólico acerca da responsabilidade social dos sujeitos, o que pode expressar uma “crise” de reconhecimento e de identidade masculina em ser o exclusivo responsável pelo provimento da família. Este dado empírico demonstra como, na história, valores de referência na construção da masculinidade (e de sua expressão no machismo) podem ser tensionados.

A disseminação do machismo no Brasil: banalização x condenação

A problemática do machismo é antiga. No Brasil, em particular, os homens têm sido descritos como “machistas” e seus comportamentos categorizados com o que se denominou “machismo” (Rocha-Coutinho, 2000). O machismo é aqui tomado como um sistema de ideias e valores que institui, reforça e legitima a dominação do homem sobre a mulher. Como propõe Welzer-Lang (2001), a dominação masculina (sobre a mulher) se apoia em um paradigma “naturalista” que defende a “pseudonatureza” superior dos homens. Tal dominação, fruto de uma violência simbólica, pode ser reconhecida no imaginário social, sendo considerada o resultado de um longo processo de construção acerca do “ser homem” e do “ser mulher”. Esta “incorporação da dominação”, para Bourdieu (1999), dá-se à custa de um duro e incessante trabalho (e, como tal, histórico) de reprodução para o qual contribuem agentes específicos e instituições (especialmente Estado, Igreja, família, escola). Sendo assim, a violência simbólica da dominação masculina promove uma “naturalização” do que é histórico e culturalmente construído.

Assim, a resposta dos homens à pergunta “*Na sua opinião, existe machismo no Brasil? Muito, mais ou menos ou pouco?*” foi sim para 90% (ver Anexo, quadro 7), sendo esta taxa dividida em *muito* (58%) e *um pouco* (31%). De partida, é preciso considerar que a expressiva taxa de 90% significa a constatação da existência do machismo hoje no país. A partir de tal constatação os sujeitos podem se situar criticamente, indiferentemente e em concordância ao machismo, à dominação dos homens sobre as mulheres e/ou à superioridade do masculino frente ao feminino.

Quando questionados sobre a própria opinião acerca do machismo (“*Você se considera machista? Muito ou um pouco?*”) a grande maioria dos homens salientou que não se considera (74%) (ver Anexo, quadro 8). Não obstante, 22% responderam afirmativamente e, destes, 18% se consideraram um pouco machistas e 4% se consideraram muito machistas.

Entre as mulheres, para a mesma pergunta (“*Na sua opinião, existe machismo no Brasil? Muito, mais ou menos ou pouco?*”), a taxa de resposta foi também bem expressiva (94%) (ver Anexo, quadro 7). Também houve maior relevo para as que consideraram muito (67%) frente àquelas que consideraram mais ou menos (22%) ou um pouco (5%).

O que significa que cerca de um em cada cinco homens (22%) (ver Anexo, quadro 8) assumam explicitamente que são machistas? Essa taxa reflete a naturalidade com

que nossa sociedade encara a questão, ou a condenação ao machismo, já que homens e mulheres avaliam que ele é altamente disseminado (90% e 94% respectivamente)?

Parece coerente esperar que as taxas de respostas das mulheres sejam mais elevadas, comparativamente às dos homens, dada a conjuntura histórico-social de subordinação das mulheres e de desigualdade de gênero que se observa nos espaços cotidianos da vida como família, trabalho, lazer, política, entre tantos outros. Como indica Rocha-Coutinho (2000), embora importantes transformações nas atribuições de homens e mulheres na nossa sociedade tenham ocorrido nas últimas décadas, é necessário não superestimar a profundidade das mudanças, nem tampouco acreditar que as desigualdades entre homens e mulheres nos espaços público e privado tenham sido erradicadas. Justifica-se, portanto, o reconhecimento da problemática por parte das mulheres.

Também é preciso levar em conta na análise o modo como a dominação masculina é imposta e vivenciada pelos sujeitos. Conforme apontam Bourdieu (1999) e Welter-Lang (2001), a socialização dos homens no modelo dominante (de subjugação das mulheres e de outros homens posicionados em escalas inferiores da hierarquia social) produz interfaces com privilégios materiais, culturais e simbólicos. Diante disto, a dominação dos homens provoca, entre outros efeitos, percepções diferentes acerca do mesmo fenômeno. Os homens, ao contrário do observado nas respostas das mulheres, pareceram aquilatar de modo distinto e para menos o impacto que as desigualdades de gênero trazem para suas vidas cotidianas, já que preservam seus poderes frente às mulheres. A incorporação da dominação pode ser compreendida, nessa linha de argumentação, como um *habitus*, ou seja, como um esquema de percepção, de pensamento e de ação que é objetiva e subjetivamente incorporado nos corpos dos sujeitos, produzindo uma lógica na qual a força da ordem masculina (e sua dominação) não necessita de justificação porque está alicerçada numa compreensão do mundo social como algo “dado”, “naturalizado” e, portanto, legitimado, sem, contudo, realizar-se no âmbito prático, sempre por inteiro (Bourdieu, 1999).

Quando instigados a se posicionar sobre o que compreendem por machismo (“*O que você entende por machismo? Mesmo só de ouvir falar, o que você acha que é machismo? Em que você pensa quando ouve a palavra machismo?*”), 80% dos homens e 81% das mulheres associaram a situações/aspectos referentes ao poder do homem em relação à mulher, como, por exemplo: “são homens autoritários que acham que a mulher tem que obedecer”; “são homens que querem ser mais do que a mulher, ser superiores, acreditam que sabem mais e que fazem tudo melhor que a mulher”; “homens que não deixam a mulher trabalhar fora, não deixam que elas tenham independência financeira”; “são homens que acham que a mulher tem que ficar em casa,

cuidando da casa, lavando, passando, cozinhando”, entre outras. O segundo agrupamento de situações e aspectos relacionou-se à relação de poder do homem frente a outras pessoas que não exclusivamente à mulher. Este agrupamento, inclusive, foi um pouco mais expressivo entre os próprios homens (24%) do que entre as mulheres (16%): “é o homem que quer ser mais, poder mais que todas as outras pessoas”; “é ser ignorante, arrogante”, entre outros.

Merece destaque o fato de que o entendimento acerca do machismo está fundado, para a ampla maioria dos homens e das mulheres, na referência à legitimação e ao exercício do poder socialmente atribuído ao homem, poder que se assenta numa rígida divisão das atribuições de homens e de mulheres nos espaços público e privado, bem como no controle da inserção e da atuação das mulheres no espaço público.

Os dados indicam que, entre as mulheres e os homens que possuíam níveis de ensino médio e superior ou de pós-graduação, a maior concentração foi alocada no conjunto de respostas que situam o machismo como “situações/aspectos relativos ao poder do homem em relação à mulher”. Entre os homens, por exemplo, houve um distanciamento da taxa (80%) em torno de cinco pontos percentuais. Igualmente, entre as mulheres, as taxas se afastaram da média (81%) em seis e dez pontos percentuais, respectivamente.

Considerando-se o outro grupo de respostas (“relação de poder do homem com outras pessoas”), não se observa distanciamentos expressivos das taxas entre os níveis de escolaridade para homens e mulheres.

Considerando-se as faixas etárias de homens e mulheres, as maiores taxas de respostas ao machismo como “poder do homem em relação à mulher” (80% para os homens e 81% para as mulheres) se concentraram, em ambos, na faixa de 25 a 34 anos (88% para ambos os sexos). Esse resultado chama atenção para a concordância entre homens e mulheres acerca do entendimento do fenômeno como situado no exercício de poder do homem frente à mulher nas relações que estes estabelecem nos domínios público e privado.

Tomando-se algumas frases apropriadas à análise do posicionamento de homens e mulheres frente ao machismo e à desigualdade de gênero, são analisadas as taxas de respostas dos homens e das mulheres: “*Em um casal é importante que o homem tenha mais experiência sexual do que a mulher*”; “*A mulher casada deve satisfazer o marido sexualmente mesmo quando não tem vontade*”. Nestas duas questões, observaram-se taxas mais elevadas de concordância, como era esperado, para os homens. Assim, 36% (ver Anexo, quadro 9) dos homens contra 24% das mulheres concordam que, no casal, seria importante que o homem tivesse mais experiência sexual do que as

mulheres; e para 17% dos homens e 15% das mulheres houve a concordância de que a mulher casada deve satisfazer sexualmente o marido. Destaque-se, ainda, que nestas questões que envolvem o exercício da sexualidade (e seu controle) as maiores taxas de respostas de concordância das mulheres foram verificadas entre as que têm 60 anos ou mais (36%) e apresentam menor nível de escolaridade, ou seja, possuem até a quarta série (33%), contra 24% para o conjunto das mulheres. O mesmo se observa quanto à proposição de que a mulher deve satisfazer sexualmente o marido mesmo quando não tenha vontade.

Chama a atenção nas respostas às duas questões a proximidade entre as taxas encontradas entre os homens e as mulheres. Apesar – como apresentado em outros pontos destacados do capítulo – das mudanças percebidas em torno da percepção das mulheres sobre o que significa ser mulher e seus aspectos positivos, observa-se a permanência de um padrão cultural de submissão feminina, mais presente entre as mulheres de maior idade e menor escolaridade, no campo do exercício da sexualidade. Segundo diferentes autores (Couto et al, 2006; Debert & Gregori, 2008) esse padrão cultural de desigualdade de gênero potencializa a vulnerabilidade das mulheres ante a violência masculina.

Com efeito, no polo masculino, tal padrão cultural teria como eixo estruturante a ideia da virilidade centrada no exercício de uma sexualidade instintiva, ativa (penetrativa) e heteronormativa. A virilidade, por sua vez, diz respeito, no plano da construção social da masculinidade hegemônica, à honra. A virilidade da qual falamos, portanto, se diferencia da simples questão anatômica e, como apontam Gomes (2008) e DaMatta (1997), se aproxima de uma condição social a ser conquistada (e preservada) por aqueles que desejam ser considerados homens.

Ressalte-se que a configuração simbólica honra-vergonha é um dos principais traços constitutivos da masculinidade hegemônica em nossa sociedade e de parte da cultura mediterrânea (Almeida, 1996). Entende-se por masculinidade hegemônica, à maneira de Connell (1995), a configuração de práticas genéricas que expressam padrões aceitos para que sejam asseguradas a posição dominante de certo grupo de homens (pois é importante considerar as outras masculinidades: cúmplices, subordinadas e marginalizadas) e a subordinação das mulheres.

Quanto à concordância entre homens e mulheres com a frase seguinte: “*Nas decisões importantes, é justo que na casa o homem tenha a última palavra*”, nota-se o maior distanciamento entre as taxas das mulheres (23%) (ver Anexo, quadro 9) e dos homens (43%). Ao analisarmos segundo os níveis de escolaridade e faixas etárias das mulheres, nota-se que são as que têm os maiores níveis de escolaridade, ou seja, pos-

suem ensino médio ou superior/pós-graduação (14% e 12%, respectivamente) e que se situam nas faixas etárias mais jovens (15 a 24 anos e 25 a 34 anos, ambas as faixas com 16%) que expressam menor concordância com a frase. Tais achados sugerem a penetração de mudanças estruturais na família – advindas da inserção da mulher no mercado de trabalho e, conseqüentemente, nos aportes financeiros para o sustento da família – no sentido de (re)definir as posições decisórias dos indivíduos nos lares em segmentos específicos da sociedade.

A violência contra a mulher, aqui compreendida como violência de gênero – pois se entende que esta se funda na base socialmente construída das relações entre homens e mulheres a partir das diferenciações de poder que tais sujeitos detêm e exercem nas relações que estabelecem –, pode ser classificada como uma das expressões mais veementes e brutais do machismo. Embora não nos debruçemos sobre os dados da pesquisa relativos a essa temática, tomamos algumas opiniões de homens e mulheres acerca da problemática para finalizarmos nossa discussão sobre a condição social de homens e mulheres e o machismo no Brasil atual.

Aos homens e às mulheres solicitou-se a concordância ou não quanto à frase “*Se a mulher trair o homem é justo que ele bata nela*”. Entre os homens, 11% (ver Anexo, quadro 9) concordaram com a frase, contra 4% das mulheres. Em tendência observada para as demais frases, são as mulheres em idade mais avançada e que têm menor escolaridade que apresentam taxas mais elevadas de concordância (7% e 11%, respectivamente).

A investigação da opinião acerca da “legitimidade” de o homem bater na mulher contou com a seguinte questão: “*Algumas pessoas acham que para as mulheres respeitarem e obedecerem aos homens às vezes é preciso dar uns tapas nelas. Outros acham que em nenhuma situação se deve bater nas mulheres. Qual das frases se aproxima mais do que você pensa sobre isso?*”. A proporção dos homens que foram de opinião de que bater em mulher é errado em qualquer situação foi bastante elevada (91%) (ver Anexo, quadro 88); 6% foram de opinião de que “uns tapas de vez em quando são necessários” e 2% consideraram que “tem mulher que só toma jeito apanhando bastante”.

O primeiro aspecto a considerar remete ao fato de que os resultados obtidos dizem respeito à opinião genérica dos entrevistados, que considera a propriedade e a legitimidade dos atos de violência contra as mulheres. Como já destacamos em trabalhos anteriores que analisam as representações e os discursos masculinos acerca da problemática da violência contra a mulher (Couto et al, 2007; Couto & Schraiber, 2011), para os homens, embora a violência seja em princípio condenável, pode ser justificada a partir de um processo de naturalização da identidade social masculina.

Neste processo de naturalização do social, como visto em relação a outros aspectos do machismo, categorias como “instinto”, “impulsividade”, “fatalidade”, “destino” são arroladas para dar sentido (e legitimar, em última instância) às agressões perpetradas contra mulheres (no geral na condição de namoradas, esposas, companheiras).

O aspecto opinativo, pautado muitas vezes pelo discurso socialmente crescente de que não é correto bater em mulher, vai sendo reconstruído e mostrando sua face mais concreta quando se iniciam as perguntas acerca da existência concreta do evento violência nas relações de proximidade social (em casais de amigos/conhecidos, entre parentes e nas próprias relações afetivo-sexuais que ele estabeleceu ao longo da vida). Nas perguntas: “*Nas brigas de casal, muitos homem também batem nas mulheres. Você tem algum amigo ou conhecido que tenha falado para você que bateu ou costuma bater na mulher ou namorada? E algum parente próximo, você tem algum que já bateu na mulher ou namorada. E você, alguma vez já bateu em uma mulher ou namorada?*”, as respostas positivas para o conjunto da amostra de 1.181 homens apresentaram taxas decrescentes em razão da proximidade da relação: entre amigos a taxa de violência contra a mulher/namorada foi de 48% (ver Anexo, quadro 89); esta caiu praticamente para a metade quando entre parentes próximos (25%) e chegou a 8% entre os próprios entrevistados.

Chama a atenção a taxa bastante reduzida deste último dado obtido no autorrelato masculino quanto à experiência de agressor. A literatura aponta índices cerca de 3 a 4 vezes maiores no relato de homens (Couto e Schraiber, 2005) e, ainda mais expressivo, quando do relato de mulheres (Schraiber et al., 2007; Venturi et al., 2004). Ressalte-se que nessa mesma pesquisa o dado é bastante discrepante com a revelação da violência vivida pelas mulheres entrevistadas (40%) (ver Anexo, quadro 79). Uma interpretação possível é a de “(...) um certo ‘policimento’ e ‘constrangimento’ dos sujeitos particulares devido à pressão social (...)” (Couto e Schraiber, 2011, p. 195), manifestando, diante das perguntas estimuladas pela pesquisa, um descolamento para o discurso politicamente correto frente às vivências cotidianas de conflitos afetivo-sexuais.

Para estes homens (8% da amostra), quando indagados “*O que você acha disso que aconteceu?*”, 76% (ver Anexo, quadro 87) consideraram que agiram mal em bater nas mulheres/namoradas, contra 14% que consideraram que agiram bem. E, quando instigados a considerar se bateriam de novo, 15% afirmaram que sim, 56% não e 30% afirmaram não saber.

O empenho em compreender o significado destes episódios concretos de agressão e sua associação com a temática em questão, o machismo, nos remete a diferentes análises que focalizam o fenômeno da violência contra as mulheres em uma perspectiva relacional-estrutural de gênero (Dantas-Berger & Giffin, 2005). Isto impli-

ca contemplar, no trajeto interpretativo, os processos de socialização masculina e os significados de ser homem na nossa sociedade contemporânea e articulá-los ao concreto-vivido das condições de existência que forma a base para a experiência das relações afetivo-conjugais-sexuais entre homens e mulheres. Em outras palavras, devemos considerar que expressões do machismo – bem como irrupções de situações de violência contra as mulheres – refletem, em parte, mudanças socioculturais que acarretam efeitos (perversos) nos valores morais dos homens, valores estes assentados numa rígida divisão e hierarquização de atributos para o feminino e o masculino. Outro elemento, também em parte relacionado às recentes transformações socioculturais, diz respeito à quebra nas relações de reciprocidade entre os gêneros, nas quais caberia ao homem o lugar de provedor moral e material da família, ao passo que às mulheres caberia o cuidado da casa e da família, bem como subordinar sua sexualidade ao controle do homem. Em decorrência deste processo de “ruptura”, o exercício da violência, como expressão do machismo, seria a busca de (re)colocar no lugar da ordem o que os homens consideram como desordem em seus relacionamentos e em suas casas/famílias (Couto et al., 2007). Contudo, não se pode perder de vista a dimensão de “educador” que é assumida e exercida pelo homem. Tecida nas tramas da socialização de gênero e introjetada como “natural” e “necessária”, a atribuição de “educador” reconhece na violência o uso legítimo da força física para ensinar a mulher o seu lugar social de subordinada e tutelada, mesmo sem ter havido a ruptura da ordem hierárquica prevista (Schraiber, d’Oliveira e Couto, 2009).

Em síntese, os dados da pesquisa aqui analisados nos impõem a necessidade de reconhecer que as iniquidades de gênero persistem. As mudanças nos valores culturais e práticas sociais, expressas nas opiniões dos homens e das mulheres, são decorrentes de processos dinâmicos de acomodação e resistência aos padrões sociais (hegemônicos) de gênero. Destaquem-se, ainda, as variações desses processos segundo idade, renda e escolaridade dos entrevistados. Se as mudanças nos valores e práticas experimentadas pelos sujeitos concretos, traduzidas em suas opiniões acerca do que é “ser homem” e “ser mulher”, do “machismo” e da “violência contra a mulher”, podem nos remeter à ideia de transformações sociais em curso, o impacto destas na redução das iniquidades de gênero (no público e no privado) ainda se constitui como um devir.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Miguel Valle de. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. *Anuário Antropológico/95*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.
- BORDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1999.

- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CONNELL, R. *Masculinities: knowledge, power and social change*. Berkeley, Los Angeles, University of California Press, 1995.
- COUTO, Márcia Thereza; SCHRAIBER, L. B. Homens, saúde e violência: novas questões de gênero no campo da saúde coletiva. In: MINAYO, M. C. S.; COIMBRA JR., C. E. (Orgs.). *Críticas e atuantes: Ciências Sociais e Humanas em Saúde na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, v., p. 687-706.
- COUTO, M. T. & SCHRAIBER, L. B. Representações da violência de gênero para homens e perspectivas para a prevenção e promoção da saúde. In: GOMES, R. (Org.). *Saúde do homem em debate*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2011, pp. 175-199.
- COUTO, M. T.; SCHRAIBER, L. B.; d'OLIVEIRA, A. F. P.; KISS, L. B. Concepções de gênero entre homens e mulheres de baixa renda e escolaridade acerca da violência contra a mulher. *Ciência e Saúde Coletiva*, 11 (supl.): 1323-1332, 2007.
- DAMATTA, R. Tem pente aí? – reflexões sobre a identidade masculina. In: CALDAS, D. (Org.) *Ser Homem*. São Paulo, Editora Senac, 1997, p. 31-49.
- DEBERT, G. G., GREGORI, M.F. Violência e gênero. Novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, n. 66, fev.2008, p. 165-185.
- FULLER, N. Reflexiones sobre el machismo en América Latina. In VALDÉS, T. & OLAVARIA, J. (Eds.). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago-Chile, Flasco, 1998, pp. 258-266.
- GOMES, R. *Sexualidade masculina, gênero e saúde*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2008.
- GUTMANN, M. C. Trafficking in Men: the anthropology of masculinity. *Annual Review of Anthropology*, n. 26, 1997, pp. 385-409.
- KIMMEL, M. Homofobia, temor, verguenza y silencio en la identidad masculina. *Isis Internacional – Ediciones de las Mujeres*, vol. 24, 1997, p. 49-62.
- LEAL, O. F. & BOFF, A. M. Insultos, queixas, sedução e sexualidade: fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional. In: PARKER, R. & BARBOSA, R. (Orgs.) *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumará-ABIA-IMS/UERJ, 1996, p. 119-135.
- MIRANDÉ, A. *Hombres y machos: masculinity and latino culture*. Boulder (EUA), Westview Press, 1998.
- ROCHA-COUTINHO, M. L. Dos contos de fadas aos super-heróis: mulheres e homens brasileiros reconfiguram identidades. *Psicologia Clínica*, 12 (2), 2000, p. 65-82.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educ. Real.*, v.16, n.2, 1990, p. 5-22.
- SCHRAIBER, L. B.; d'OLIVEIRA, A. F. P.; COUTO, M. T. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher. *Cadernos de Saúde Pública*, 25 (supl.2), 2009, p. 205-216.
- SCHRAIBER, L. B., d'OLIVEIRA, A. F. P., FRANÇA JR. I., DINIZ S., PORTELLA A. P., LUDERMIR A. B., et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Rev Saúde Pública* 2007; 41, p. 797-807.
- VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- VIGOYA, Mara V. Contemporary Latin American perspectives on masculinity. *Men and masculinities*, 2001, 3:237. In: <http://jmm.sagepub.com/content/3/3/237>. Acessado em 12/03/1012.
- WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, vol. 2, 2001, p. 460-82.